



PROVEDOR DE JUSTIÇA

Pelos Direitos dos Cidadãos

Relatório à Assembleia Nacional

Julho de 2020

Relatório à Assembleia Nacional

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	5
II PARTE – INSTRUMENTOS DE GESTÃO.....	9
1. Plano Anual de Atividades.....	10
2. Orçamento Anual.....	11
3. Relatório Anual de Atividades	13
4. Relatório e Contas de Gerência	15
5. Recursos Humanos	15
6. Formação em Direito Administrativo e Direito do Urbanismo.....	18
III PARTE – ATIVIDADES DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	20
1. COMUNICAÇÕES AO PROVEDOR DE JUSTIÇA.....	20
1.1 Comunicações e Queixas dirigidas ao Provedor de Justiça.....	20
1.2 Tramitação das Comunicações ó Resumo	24
2. OUTRAS ATIVIDADES DO PROVEDOR DE JUSTIÇA.....	27
2.1. Desconcentrar para aproximar Provedor de Justiça e cidadãos e efetivar um direito constitucional.....	27
2.2 Visita aos estabelecimentos prisionais	32
IV PARTE – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS..	35
1. RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO.....	35
1.1 Atividades como membro do Conselho da República	35
1.2 Relação com a Assembleia Nacional	35
1.3 Relações com o Governo.....	36
2. RELAÇÕES COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	37

2.1 Visita de jovens da Igreja Adventista.....	37
2.2 Audiências aos cidadãos.....	37
3. COOPERAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL	38
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	38
4.1 Rede de Provedores de Justiça e Presidentes das Comissões Nacionais de Direitos Humanos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).	38
4.2 Representantes da Organização Internacional do Trabalho	38
V PARTE - INICIATIVAS DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	40
1. Estudo sobre o Urbanismo	40
VI PARTE – CONCLUSÃO	43
VII PARTE ó ANEXOS	45

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO



António do Espírito Santo Fonseca, Provedor de Justiça de Cabo Verde

O Relatório que ora se submete à Assembleia Nacional dá conta das atividades do Provedor de Justiça levadas a cabo no período compreendido entre 1 de julho de 2019 e 30 de junho de 2020, fortemente condicionadas pelo estrangulamento orçamental a que a instituição foi submetida e pelas circunstâncias atípicas e peculiares criadas pela pandemia da Covid-19 em Cabo Verde. Este relatório está estruturado em sete partes, e traduz as atividades desenvolvidas e sintetizadas a seguir.

PARTE I – ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL.

Nesta parte é apresentado o enquadramento legal e o órgão Provedor de Justiça, bem como a estruturação dos serviços que dão suporte às suas atividades.

PARTE II – INSTRUMENTOS DE GESTÃO.

Analisa os principais instrumentos de gestão, sua inserção e contributo para a atividade do Provedor de Justiça.

PARTE III – ATIVIDADES DO PROVEDOR DE JUSTIÇA.

Descreve a atividade do Provedor de Justiça seja no que toca à apreciação de queixas, seja no que toca à legislação que enquadra a nossa vida enquanto cidadãos, espelhando algumas das tomadas de posição traduzidas em recomendações feitas. Esta parte contempla ainda o que se entendeu designar por “outras atividades”, que são as realizadas no quadro das estratégias institucionais como sejam palestras e sessões de esclarecimentos realizadas, contribuindo para a elevação do nível da cultura de legalidade dos cidadãos e instituições.

PARTE IV – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trata das relações com os órgãos de soberania, outras instituições da República bem como da atividade internacional do Provedor de Justiça.

PARTE V – INICIATIVAS DO PROVEDOR DE JUSTIÇA.

Dá conta das visitas realizadas aos Estabelecimentos Prisionais da Praia e de São Vicente, e ainda de um estudo sobre o Urbanismo.

PARTE VI – CONCLUSÃO.

Põe em destaque os impactos mais relevantes que emergem da atividade levada a cabo e que poderão marcar tanto no imediato como no futuro, o desempenho do Provedor de Justiça.

O Relatório integra ainda os ANEXOS na parte VII, que apresentam as tomadas de posição formais e outros documentos do Provedor de Justiça.

I PARTE – ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL

O enquadramento Constitucional e legal do Provedor de Justiça foi sempre abordado nos relatórios que tive a honra de submeter à Assembleia Nacional. Em síntese:

- a) Quase vinte anos depois da sua aprovação, o Estatuto do Provedor de Justiça (Lei n.º 29/VI/2003, de 4 de agosto), permanece inalterado apesar de ter ocorrido uma revisão constitucional em 2010. Fez-se uma Recomendação no sentido da sua alteração tendo em conta a revisão constitucional de 2010 e alguma experiência adquirida a partir de 2014; de 2015 a 2017 foram apresentadas sucessivas versões de uma proposta visando efetivar essa recomendação legislativa que nunca foi acatada pela Assembleia Nacional.
- b) A orgânica da Provedoria de Justiça, aprovada pelo Decreto-lei n.º 23/2018, de 14 de maio, como um importante instrumento de gestão administrativa, financeira e patrimonial, bem como a carreira e quadro de pessoal.
- c) O Regulamento Interno por que se vem regendo a Provedoria de Justiça desde 2014, foi publicado no B.O. n.º 29, II Série, de 14 de julho de 2017, a coberto do Despacho n.º 2/2017, de 13 de abril; a ausência de um novo Estatuto do Provedor de Justiça é sempre um potencial de dificuldades na sua aplicação e, sobretudo uma limitação à abrangência deste regulamento.
- d) O Despacho n.º 1/2018, de 14 de agosto, que aprova o regulamento da avaliação de desempenho da Provedoria de Justiça, como um instrumento de estímulo a maior e melhor produtividade, fundado em mérito, recompensa, bem como a responsabilização dos funcionários desta instituição.

É no quadro desse conjunto normativo que o Provedor de Justiça responde ao compromisso com a sua missão, a ser levada a cabo segundo uma visão própria a criar nos cidadãos, cujos valores serão difundidos entre estes.

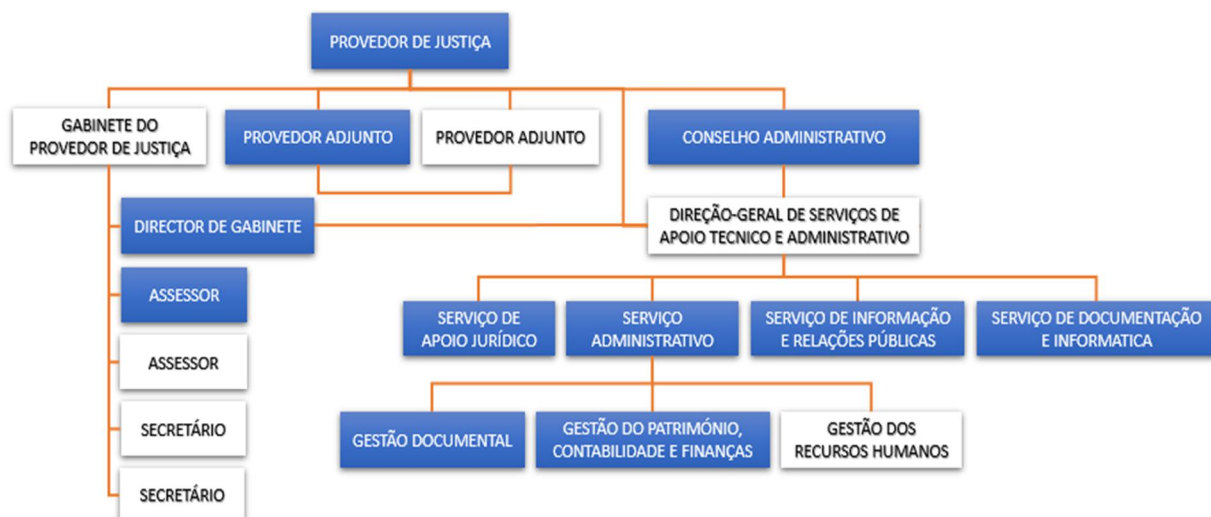


Fig. 1 - Organograma da Provedoria de Justiça (Decreto-lei n.º 24/2018, de 14 de maio) com indicação das vagas por ocupar

II PARTE – INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Nos termos do número 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 24/2018, de 14 de maio, «A Provedoria de Justiça tem por finalidade prestar o apoio técnico e administrativo necessário à realização das atribuições do Provedor de Justiça definidas no respetivo Estatuto».

Para a concretização das atribuições e competências do Provedor de Justiça deu-se continuidade às LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICAS definidas com base nas orientações assumidas há vários anos:

- I. Adaptação da Provedoria de Justiça ao território garantindo a proximidade aos cidadãos;**
- II. Reforçar a afirmação do Provedor de Justiça de Cabo Verde como órgão útil para os cidadãos e para a Democracia;**
- III. Contribuição para elevação do nível da cultura de legalidade dos cidadãos;**
- IV. Dar atenção às relações com organizações internacionais e de Provedores de Justiça.**

Destas linhas de orientação resultam os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) que nortearam as atividades da Provedor de Justiça durante o intervalo de tempo abrangido por este relatório.

- | | |
|--|--|
| Objetivo Estratégico 1
(OE.1) | Assegurar o cumprimento do quadro legal que concorre para a missão e atribuições do Provedor de Justiça; |
| Objetivo Estratégico 2
(OE.2) | Promover e reforçar a relação entre o cidadão e o Provedor de Justiça; |
| Objetivo Estratégico 3
(OE.3) | Promover e reforçar a relação entre o Provedor de Justiça, a administração pública central e local, estabelecimentos |

educacionais, associações de cariz social e instituições religiosas;

Objetivo Estratégico 4 (OE.4) Promover ações de comunicação, de informação e de divulgação do órgão ao nível nacional e internacional;

Objetivo Estratégico 5 (OE.5) Reforçar as relações internacionais com os Provedores de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja presidência é exercida pelo Provedor de Justiça de Cabo Verde, da Associação dos Ombudsmen e Mediadores Africanos (AOMA), da União Europeia, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e outras.

1. Plano Anual de Atividades

Esta parte do relatório é referente ao período de junho de 2019 a junho de 2020. Portanto parte das atividades previstas no Plano de Atividades (PA-2019) para 2019 foram ainda realizados neste intervalo de tempo.

O PA - 2019 foi particularmente importante na consolidação das várias iniciativas preconizadas e levadas a cabo durante o mandato do Provedor de Justiça (2014-2018), nomeadamente, a divulgação do órgão Provedor de Justiça e sensibilização dos cidadãos para este recurso célere e gratuito e próximo, contribuindo para elevação do nível de cultura de legalidade nos cidadãos;

O Plano de Atividades para 2019 é então elaborado no contexto de um novo ciclo de gestão da Provedoria de Justiça marcado por mudanças importantes na gestão institucional, nomeadamente a implementação da nova Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º24/2018, de 14 de maio, com os seus efeitos financeiros, e do Sistema de Avaliação de Desempenho (SADProvJust), aprovado pelo Despacho n.º3/2018, de 14 de agosto. Contexto também marcado pela não aprovação do orçamento proposto para o ano económico de 2019, o que afeta a execução das grandes linhas de atividades para este ano e a própria implementação da nova Lei orgânica.

O PA-2019 assume a aplicação do regulamento de avaliação de desempenho, definindo a partir dos objetivos estratégicos institucionais, os objetivos dos

serviços e os operacionais do domínio de ação de cada técnico. Esta abordagem em cascata visa a coerência e alinhamento das ações da Direção Geral, dos serviços e dos funcionários na prossecução da missão do Provedor de Justiça, projetando como resultado a eficiência e eficácia institucional.

Os vetores estratégicos da Provedoria de Justiça mantêm-se, pois a instituição deverá continuar a afirmar-se junto do cidadão, na defesa e promoção dos seus direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos: (i) garantir a proximidade aos cidadãos; (ii) o reforçar e a afirmação do Provedor de Justiça de Cabo Verde como órgão útil para os cidadãos e para a Democracia (iii) a contribuir para elevação do nível da cultura de legalidade dos cidadãos; (iv) e atenção às relações com organizações internacionais de Provedores de Justiça.

O ponto (iv) sobre relações internacionais está «sacrificado» pelo orçamento (in)disponível, com riscos também para a formação e experiência do pessoal desta instituição que ainda se encontra em processo de afirmação e consolidação.

2. Orçamento Anual

O Orçamento do Estado aprovado para o ano 2017 marca o início das reduções na dotação orçamental atribuída ao Provedor de Justiça quando já se mostrava ser um orçamento típico de funcionamento, no qual as despesas com pessoal correspondem então a 69,5% do seu total. Desceu para 29.016,896,00 (Vinte e nove milhões, dezasseis mil, oitocentos e noventa e seis escudos) correspondente a aproximadamente cinco por cento (5%) em relação ao ano 2016. No mês de outubro solicitado ao Ministério das Finanças um reforço Orçamental de 1.996.314,00 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, trezentos e catorze escudos) reforço aprovado, mas que só se efetivou no final do ano (cabimento em 21 e pagamento em 22 de dezembro).

O quadro 1, a seguir indica a evolução das dotações orçamentais disponibilizadas ao Provedor de Justiça desde 2014 a 2020.

Quadro 1 - Orçamentos da Provedoria entre 2014 e 2020.

ANO	Valor do Orçamento	Nível de Execução	Reforço Orçamental	Nível de Execução do Reforço
2014	15.000.000,00	Contabilidade da Assembleia Nacional	–	–
2015	20.402.025,00	idem	–	–
2016	30.544.101,00	89,84%		
2017	29.016.896,00	99,98%	1.996.314,00	93,94%
2018	32.120.452,00	100%		
2019	33.726.475,00	95,7%		
2020	33.726.475,00	Ainda em execução	Corte de 10,7% até Dezembro	

O Provedor de Justiça, entendeu então, que os seus orçamentos deveriam ser submetidos à Assembleia Nacional no início de julho de cada ano, de modo a propiciar tempo ao Parlamento para avaliar a legalidade, o realismo e a transparência da proposta apresentada. Porém, acabaria o Provedor de Justiça por se dar conta de que, não é este o fundo da questão. Este é indiciado por comunicações recebidas da Assembleia Nacional por exemplo informando que (citação), os quais mostram existirem mecanismos de facto, pelo menos nestes casos, que esvaziam a teórica co-responsabilização do Governo e do Parlamento na aprovação do Orçamento do Estado, ficando neste caso o poder de facto concentrado no Executivo. Os Órgãos Externos eleitos pelo Parlamento, nomeadamente o órgão constitucional Provedor de Justiça, ficam sem qualquer proteção contra qualquer ataque à sua independência, perpetrada pelo Executivo e feito pela via do estrangulamento orçamental, e, pelo contrário, constitui o Parlamento um escudo amortecedor de eventuais impactos políticos negativos que isso possa causar na opinião pública.

A execução orçamental em 2019 foi de 95,7%, conforme resumo no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Resumo do Balancete Anual, 2019

Total Orçamento 2019 - 33.726.475,00			
ENTRADAS		SAÍDAS	
DOTAÇÃO INSCRITA NO ORÇAMENTO DO ANO 2019	33.600.444,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (referente a 2017)	126.032,00	Pagamento das despesas	32.897.698,00
Outras entradas*	616.222,00	Descontos/Impostos entregues	6.419.677,00
DESCONTOS/IMPOSTOS EFETUADOS	6.419.677,00	Saldo Final - valor inscrito na proposta do orçamento 2020, destinado ao pagamento do subsídio de reintegração do Provedor de Justiça	1.445.000,00
Devolução do montante antecipado ao senhorio para obras de adequação do edifício, conforme a cláusula oitava n.ºs 1 e 2 do Contrato de Arrendamento.			

3. Relatório Anual de Atividades

A 04 de fevereiro de 2020, o Conselho Administrativo, no uso das competências previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 24/2018 de 14 de maio, apreciou e aprovou o Relatório de Atividades referente ao ano de 2019. Adotando a abordagem em cascata, em função dos objetivos estratégicos e em alinhamento com a missão da Provedoria de Justiça, foram identificadas as atividades para o PA-2019. Estas atividades estão vinculadas a objetivos operacionais cujos resultados são descritos no capítulo 2. Os relatórios elaborados por cada um dos serviços da Provedoria de Justiça reportam como realizados/cumpridos 19 dos 21 objetivos operacionais traçados, sendo que os 2 restantes foram parcialmente

realizados. Pode-se concluir que a taxa bruta de realização é de 90,4% superando em termos absolutos em 2.7 pontos percentuais a realização do ano anterior. Isto pode, num primeiro momento, ser atribuída à implementação do novo regulamento de avaliação de desempenho que permitiu um estreito alinhamento da “ação dos serviços, do Diretor Geral, e funcionários com a missão do Provedor de Justiça”. A taxa de execução de 90,4% refere-se às atividades possíveis e reprogramadas no quadro da extrema limitação orçamental que obrigou a um esforço redobrado do pessoal, designadamente a acumulação de funções e sem qualquer atribuição financeira acrescida.

Indicador global importante do desempenho da Provedoria de Justiça é, sem dúvida, o número de comunicações feitas pelos cidadãos ao Provedor de Justiça. Dados recolhidos da ferramenta de tratamento das queixas dão os seguintes resultados:

Quadro 3 – Ponto de Situação das Comunicações recebidas em 2019

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Acumulado desde 2014
Entradas	111	160	159	225	236	260	1151
Em análise preliminar	0	0	0	0	8	43	44
Admitidas como Queixa	79	110	120	148	149	137	751
Não admitidas como Queixa	32	40	39	77	79	80	346
Total	111	160	159	225	236	260	1151

É notório o aumento da entrada de comunicações ao Provedor de Justiça ano após ano, como se verifica no quadro anterior. Esta evolução dá uma crescente visibilidade a litígios existentes na administração pública propiciada pelas medidas que vêm sendo implementadas há já alguns anos, destacando as sessões de informação à população, bem como a implementação dos pontos de acesso ao

Provedor de Justiça nos municípios. Simultaneamente permite resolver a maior parte das queixas a contento dos cidadãos e contribuir para melhores práticas na administração pública.

4. Relatório e Contas de Gerência

Nos termos da alínea e) do artigo 51.º da Lei nº24/IX/2018, a Provedoria de Justiça está sujeita à prestação de contas ao Tribunal de Contas, pelo que, conforme o artigo 49.º daquela Lei, tem de remeter, para fiscalização sucessiva, as contas de gerência a fim de serem avaliados “os respetivos sistemas de controlo interno”, apreciada “a legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão financeira”. O Relatório e Contas de Gerência relativos a 2019 ainda não foram aprovados pelo Conselho Administrativo e enviados ao Tribunal de Contas, devido à situação pandémica vigente.

Contamos realizar esses objetivos até o dia 15 de agosto próximo, conforme notificação feita a esse órgão.

5. Recursos Humanos

O provimento do pessoal da Provedoria de Justiça faz-se conforme o quadro previsto no Decreto-Lei n.º 24/2018, de 14 de maio que procura responder à diversidade da ação para prossecução da missão e atribuições do Provedor de Justiça, nas quais se incluem tanto as atividades de caráter regular que se desenvolvem a partir das comunicações, bem como os serviços de apoio jurídico, administrativo, financeiro e patrimonial.

A partir de janeiro de 2019, e sob pressão dos cortes orçamentais, foi integralmente aplicada a orientação normativa prevista no citado diploma (nomeadamente os artigos 41º e 45º), o que determinou a transição e enquadramento do pessoal que tenha tomado parte na instalação do Primeiro Provedor de Justiça para o quadro definitivo da Provedoria de Justiça e novo enquadramento salarial.

A impossibilidade de fazer recrutamentos, devido à insuficiente dotação orçamental atribuída a este órgão, fez com que o Provedor de Justiça não pudesse dotar o seu Gabinete do contingente de pessoal necessário e previsto na lei, tendo funcionado com 1 (um) assessor, nenhum secretário e, até meados de junho de 2020, sem diretor de gabinete. O quadro de pessoal e o efectivo estão sintetizados no quadro 4.

Quadro 4: Pessoal da Provedoria de Justiça, conforme previsto na lei orgânica

	Vagas previstas no quadro	Vagas ocupadas		Vagas por preencher
Provedor de Justiça	1	1		-
Provedor-Adjunto	2	1		1
Pessoal do Gabinete do Provedor				
Diretor de Gabinete	1	1		0
Assessores	3	1		2
Secretários	2	0		2
Condutor	1	1		-
Pessoal Dirigente				
Diretor-geral	1	1 ¹		1
Pessoal Técnico				
Pessoal Técnico 1	10	3	Juristas	2 Juristas em licença sem vencimento
		1	Contabilista	
		2	Comunicação, Relações Públicas e Internacionais	
		1	Informático	
		1*	Jurista requisitado	
Pessoal assistente técnico e de apoio operacional				
Pessoal assistente técnico e de apoio operacional	5	1	Atendimento (receção e telefonista)	4
Total	26	15*	Jurista requisitado	11

¹ O titular do cargo desempenhou funções até 1 de março de 2020, estando a vaga por ocupar

A lei Orgânica prevê um total de 26 vagas, incluindo o Provedor de Justiça e seus adjuntos. Atualmente estão ocupados um total de 14 vagas que se distribuem conforme ilustra o mesmo quadro 4. Mau grado maiores necessidades de pessoal, em 2020 foi recrutado apenas um Diretor de Gabinete, sendo que, a vaga do Diretor Geral do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo encontra-se por preencher.

Para compensar o corte drástico no orçamento proposto para 2020, aliás, tal como havia acontecido no ano de 2019, no Gabinete, o Provedor de Justiça conta apenas com um diretor de gabinete, um assessor e um motorista.



Fig.2 - Pessoal da Provedoria de Justiça, junho de 2019

Foi então necessário continuar o que vinha sendo feito desde o ano de 2019, ou seja, a redistribuição de tarefas internamente e *acumulação de funções sem qualquer contrapartida*. O preenchimento de todas as vagas necessárias, exigirá obrigatoriamente um reforço orçamental, quanto mais não seja para preenchimento das vagas de pessoal do quadro especial do Gabinete do Provedor de Justiça, e uma nova dotação orçamental para o ano de 2021.

As necessidades atuais de pessoal estão resumidas no quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Necessidades de Pessoal a curto prazo

Funcionários	Quantidade
Assessores	2
Secretários	2
Diretor Geral do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo	1 ²
Técnico de Recursos Humanos	1
Condutor	1
Secretário técnico profissional	1
Total	8

Termino esta secção sobre as necessidades de pessoal, referindo, para memória futura, que o ex-Líder Parlamentar do MPD (Movimento para Democracia), Dr. Rui Figueiredo Soares, na sessão parlamentar de dezembro em que se discutia na especialidade o orçamento para 2020, afirmou que o Provedor de Justiça dispunha de secretário(s), pelo que este manda aqui reafirmar que aquela afirmação então feita é falsa. O Relatório do Provedor de Justiça à Assembleia Nacional de junho de 2019, distribuído a todos os deputados, logo do conhecimento do ex-líder parlamentar, já dava conta da inexistência de diretor de gabinete, de secretários, estando ainda em falta dois assessores (e o quadro acima reconfirma). Estas informações tinham sido reiteradas dias antes em audição da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Reforma do Estado feita à Provedora Adjunta.

6. Formação em Direito Administrativo e Direito do Urbanismo

A Provedoria de Justiça promoveu de 06 a 11 de fevereiro de 2020 uma formação em Direito Administrativo e Direito do Urbanismo destinada aos técnicos da

² A partir de 2 de março de 2020

instituição, ministrada por professores do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Professor Doutor João Tiago da Silveira e o Professor Doutor João Miranda, com a duração de 20 horas. Esta atividade está enquadrada no Plano de Atividades da Provedoria de Justiça para 2019 como sendo um dos Objetivos Estratégicos do Serviço Administrativo, que tem como finalidade “Reforçar e desenvolver as competências técnicas do pessoal da Provedoria de Justiça».



Fig. 3 - Pessoal da Provedoria de Justiça e o Professor Doutor João Tiago da Silveira, fevº 2020

A necessidade de capacitação e especialização do pessoal da Provedoria, por forma a dar vasão às complexas e especializadas demandas, continua a ser um desafio. Desafio esse que, em grande medida, depende da disponibilidade orçamental e cooperação internacional. Se é verdade que os sucessivos cortes orçamentais têm dificultado a materialização desse desiderato, não é menos verdade que a pandemia da Covid-19 veio protelar toda a cooperação neste domínio. Portanto, não obstante os ganhos registados, persistem ainda alguns

constrangimentos ao nível de reforço e capacitação do pessoal da Provedoria de Justiça. A Provedoria de Justiça possui ainda debilidades na área dos Recursos Humanos, ficando a sua capacidade de atuação aquém do desejável. Há o desafio que se prende com a criação de condições para o efetivo cumprimento da minha missão e exercício das minhas atribuições, facto que passa necessariamente pelo reforço e capacitação do capital humano.

III PARTE – ATIVIDADES DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

1. COMUNICAÇÕES AO PROVEDOR DE JUSTIÇA

1.1 Comunicações e Queixas dirigidas ao Provedor de Justiça

Todos os cidadãos, individual ou coletivamente, podem dirigir queixas ao Provedor de Justiça, independentemente do local de residência, da nacionalidade, da incapacidade legal da pessoa ou de internamento em centro penitenciário ou de reclusão. As queixas chegam ao Provedor de Justiça por entrega direta e por queixa oral, mas também por e-mail e através dos municípios ou pelos correios.

Queixas dirigidas ao Provedor durante o Estado de Emergência

Devido à situação de calamidade que se vive no país e no mundo por conta do covid-19 e com a declaração do Estado de Emergência, a Provedoria de Justiça adotou o modelo de teletrabalho. Sendo assim, ficou acordado que os funcionários trabalhariam em casa, remetendo tudo que fosse possível eletronicamente para o Provedor e Provedora Adjunta, bem como um relatório semanal das tarefas executadas, e que as pessoas que quisessem dirigir-se ao Provedor de Justiça poderiam fazê-lo via correio eletrónico ou por telefone.

Durante o Estado de Emergência, que vigorou de 28 de março a 2 de junho, o Provedor de Justiça recebeu três dezenas de queixas, muitas delas coletivas, sendo que a maioria das questões está relacionada com medidas excecionais e temporárias adotadas pelo Governo de Cabo Verde para dar respostas à

Pandemia covid-19, por exemplo o lay-off simplificado para trabalhadores e empresas, pagamento do Rendimento Solidário (RSO), regresso dos cidadãos às suas ilhas de residência e repatriamento dos cidadãos estrangeiros e nacionais com residência fixa no exterior, assim como nacionais cujos os voos de regresso ao país foram cancelados.

Quadro 6 – Proveniência das Queixas recebidas durante o Estado de Emergência

Ilhas	Total
Boa Vista	2
Brava	1
Fogo	1
Maio	1
Sal	1
Santiago	16
Santo Antão	2
S. Nicolau	0
S. Vicente	5
Diáspora	1
Total	30

Quadro 7 – Número de Comunicações recebidas entre 2014 e 2020

Ano		Comunicações	Total
2014	1º semestre	34	111
	2º semestre	77	
2015	1º semestre	56	160
	2º semestre	104	
2016	1º semestre	81	159
	2º semestre	78	
2017	1º semestre	62	225
	2º semestre	163	
2018	1º semestre	126	236
	2º semestre	110	
2019	1º semestre	134	260
	2º semestre	126	
2020	1º semestre	109	109
	2º semestre	N.A.	
Total			1260

As queixas acumuladas de 2014 até junho de 2020 ascendem a mil duzentos e sessenta (1260), distribuídas por anos e semestres indicados no quadro 7 acima.

a) Proveniência das comunicações

Estas 1260 comunicações tiveram a proveniência das ilhas de residência dos queixosos e da emigração como mostra o quadro 6 a seguir.

Quadro 8 – Residência dos (as) queixosos (as).

Ilhas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (1º semestre)	Total por ilha
Boa Vista	3	2	6	2	4	3	3	23
Brava	0	0	1	0	1	2	1	5
Fogo	2	10	7	8	3	3	2	35
Maio	0	0	0	1	2	3	1	7
Sal	2	2	3	5	8	8	1	29
Santiago	88	115	117	153	155	188	80	896
Santo Antão	7	13	1	10	19	18	5	73
S. Nicolau	0	0	1	2	1	5	0	9
S. Vicente	9	16	19	40	34	25	12	155
TOTAL nas ilhas	111	158	155	221	227	255	105	1232
Diáspora	0	2	4	4	9	5	4	28
Total por ano	111	160	159	225	236	260	109	1260

b) O género do (a) queixoso (a)

Verifica-se pelo quadro 9, a seguir, que o registo de queixosos do sexo masculino, com um total de 754 queixas individuais desde 2014, é superior às 355 submetidas por pessoas do género feminino. As restantes 151, são queixas coletivas e/ou apresentadas por pessoas coletivas.

Quadro 9 – O género do (a) queixoso (a)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (1º semestre)	Total
Masculino	78	99	92	155	123	150	57	754
Feminino	22	48	56	51	78	74	26	355
Outro	11	13	11	19	35	36	26	151
Total	111	160	159	225	236	260	109	1260

c) A nacionalidade dos queixosos e queixosas

De junho de 2019 a junho de 2020, registaram-se 7 queixas de cidadãos estrangeiros. O acumulado de 70 queixas durante o mandato representa 5,5% do total das queixas ao Provedor de Justiça.

d) A tendência global de evolução das queixas apresentadas

Houve uma evolução do número de queixas com incrementos sempre crescentes durante o mandato. No ano de 2016, «o ano de todas as eleições», registaram-se 159 queixas, menos uma que em 2015, prevalecendo nos restantes anos a tendência crescente, como mostra o gráfico a seguir.

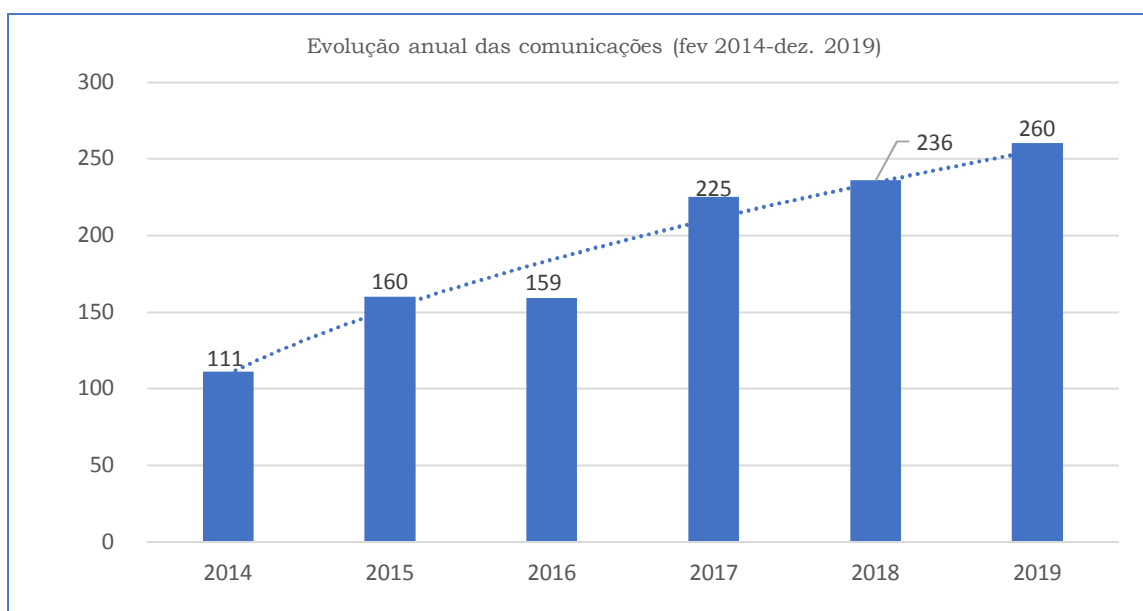


Gráfico 1 - Evolução anual das queixas.

1.2 Tramitação das Comunicações – Resumo

- Análise preliminar

- a) Uma vez entrada na Provedoria de Justiça, a comunicação é sujeita a uma análise preliminar visando avaliar a admissibilidade da mesma como queixa, isto é, verificar:
 - se preenche os requisitos do artigo 2.º (âmbito de atuação) conjugado com o n.º 1 do artigo 29.º (ter assinatura e indicação de residência do queixoso) todos da Lei n.º 29/VI/2003, de 4 de agosto;
 - se a pretensão do queixoso não ultrapassa os limites de atuação e competências do Provedor de Justiça, impostos nos artigos 25º e 26º, da Lei n.º 29/VI/2003, de 4 de agosto;
- b) Uma vez admitida pelo Provedor de Justiça, a queixa é distribuída a um jurista e procede-se à abertura de um processo e respetiva instrução;
- c) Caso não seja admitida, a queixa é arquivada;
- d) Uma outra decisão preliminar possível, para além das anteriores, é o encaminhamento da queixa para uma autoridade com competência na matéria.

Qualquer das decisões anteriores tomadas na fase preliminar é comunicada ao queixoso, havendo obrigação de fundamentação no caso da não admissão.

- Entidades visadas nas queixas e a instrução do processo

A instrução do processo obedece a requisitos legais desenvolvidos no Regulamento interno o primeiro dos quais é sempre solicitar por nota à entidade visada na queixa, que pronuncie sobre as alegações de facto e de direito apresentadas pelo queixoso ou queixosa. As respostas a estes pedidos nem sempre são suficientemente céleres por forma a respeitar o direito do cidadão (e do Provedor de Justiça, por extensão) à informação solicitada à Administração Pública.

Das entidades visadas, entre junho de 2019 e 2020, a Câmara Municipal da Praia ocupa o topo da tabela com 27 queixas; reclamações sobre os diversos tribunais espalhados pelo País chegadas ao Provedor de Justiça estão em segundo lugar (21) e o Ministério da Educação com 16 queixas vem em terceiro lugar.

- **Matéria das queixas**

Para além das matérias habituais e relatados anteriormente, pretensões relativas a pagamentos de subsídios; lay-off simplificado para trabalhadores e empresas; à execução do estado de emergência constituem a maior parte das matérias que são tratadas nas queixas. As questões urbanísticas (lotes para construção, circulação e mobilidade em geral entre outros) e do regime de funcionalismo público, continuam a constituir-se matérias das queixas de muitos cidadãos e funcionários.

- **Finalização dos processos**

A instrução do processo implica um aprofundar da análise das situações de facto e direito envolvidas na queixa tudo tendo em conta o contraditório a que o caso é submetido com a solicitação feita à entidade visada.

De um total de mil duzentos e sessenta (1260) comunicações, 826 foram admitidas como queixa, 396 não foram admitidas e 38 estão em análise preliminar. As queixas admitidas deram origem a processos instruídos pelos juristas, dos quais 643 já foram resolvidos e 183 estão em tramitação. Para além das comunicações formalmente admitidas como queixa, acresce-se ainda um conjunto de 155 comunicações que foram encaminhadas para os sistemas jurisdicionais ou para outras entidades.

O quadro 10, a seguir, sintetiza os resultados de finalização das comunicações endereçadas ao Provedor de Justiça, durante este mandato.

Quadro 10 – Comunicações entradas, sua tramitação e finalização

TOTAL DAS COMUNICAÇÕES ENTRADAS	1260
ADMITIDAS COMO QUEIXA	826
Processos em instrução	183
Processos resolvidos	643
Satisfação da pretensão	304
O Queixoso não tem razão	132
Fora da competência do Provedor	45
Encaminhamento	34
Por desistência	31
Recomendação	40
Falta de requisitos formais	18
O Queixoso recorreu aos Tribunais	28
Exposição Geral	6
Proposta	4
Sugestão	1
NÃO ADMITIDAS COMO QUEIXA	396
Fora de competência do Provedor	93
Exposição Geral	93
Encaminhamento CSMJ	102
Encaminhamento outras entidades	38
Encaminhamento CSMP	15
Por desistência do queixoso	18
Falta de requisitos formais e ou de fundamento	34
Exposição anónima	3
EM ANÁLISE PRELIMINAR	38

2. OUTRAS ATIVIDADES DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

2.1. Desconcentrar para aproximar Provedor de Justiça e cidadãos e efetivar um direito constitucional.

No segundo semestre 2019, deu-se continuidade às atividades de aproximação entre o Provedor de Justiça e os cidadãos. Foram realizadas ações de informação e sensibilização em Santiago, Fogo, Brava e São Nicolau, com participação de 385 cidadãos.

No dia 10 de setembro de 2019, o Provedor de Justiça reuniu-se com representantes das Comunidades Africanas residente em Santiago em uma conversa aberta, que contou com 22 participantes.



Fig. 4 - Encontro com as Comunidades Africanas residentes em Santiago, setembro de 2019

Nos dias 08 e 09 de outubro de 2019, a ilha de São Nicolau recebeu o Provedor em sessões públicas de informação, com a participação de funcionários públicos dos serviços desconcentrados, estudantes das escolas secundárias e cidadãos dos Municípios de Ribeira Brava e Tarrafal.



Fig.5 - Informação e sensibilização em São Nicolau (Ribeira Brava e Tarrafal, outubro de 2019)

As atividades de informação e sensibilização realizadas na ilha Brava aconteceram no dia 26 de novembro. A Provedora Adjunta, Vera Querido, acompanhada da Diretora Geral, realizaram sessões destinadas aos funcionários dos serviços desconcentrados do Estado, estudantes e população em geral, da Cidade de Vila Nova Sintra e da povoação de Furna.



Fig. 6 - Encontro com cidadãos, líderes associativos e funcionários públicos – Paços de Concelho Nova Sintra, novembro de 2019



Fig. 7 - Palestra na Escola Secundária Eugénio Tavares – Nova Sintra, novembro de 2019

No dia 27 de novembro de 2019, a Provedora Adjunta fez uma palestra destinadas aos estudantes da Escola Secundária de Ponta Verde – São Filipe, na ilha do Fogo.

Em dezembro de 2019 (03 a 06), o Provedor de Justiça deslocou-se a São Vicente, onde realizou quatro atividades: (i) uma conversa aberta com os funcionários públicos, representantes sindicais e cidadãos; (ii) uma palestra que teve como alvo os alunos do 8º Ano da Escola Secundária Jorge Barbosa; (iii) recebeu em audiência 4 cidadãos mindelenses; (iv) e reunião com os vereadores e eleitos municipais da ilha de São Vicente. A convite do Observatório de Cidadania Ativa, o Provedor esteve reunido com os membros da Direção onde abordaram possíveis linhas de cooperação futura.



Fig. 8 - Palestra com estudantes do Liceu de Ponta Verde – São Filipe, novembro de 2019



Fig. 9 - Provedor de Justiça fazendo a apresentação do órgão Provedor de Justiça aos participantes da sessão de informação e sensibilização realizada no salão nobre da CMSV, dezembro de 2019



Fig. 10 - Provedor de Justiça e a Diretora da Escola Secundária Jorge Barbosa, dezembro de 2019



Fig. 11 - Alunos do 2º e 3º ciclo da Escola Secundária Jorge Barbosa, dezembro de 2019

De acordo com o Plano de Atividades para 2019, várias foram as atividades de comunicação previstas, nomeadamente encontros com os Pontos de Acesso nos diferentes concelhos do país, palestras em universidades e escolas secundárias, encontros de informação nas comunidades, entrevistas do Sr. Provedor em diversas rádios emissoras, entre outras.

Entretanto, devido aos constrangimentos verificados, em virtude de um corte na ordem dos 10% no orçamento da Provedoria de Justiça, algumas das atividades referidas tiveram que ser adaptadas e outras adiadas para o ano de 2020.

Com o aparecimento do novo coronavírus, em janeiro de 2020, e o seu alastramento na China, alguns países da Europa e das Américas, conduziram à declaração de pandemia da COVID 19 pela Organização Mundial da Saúde, a 11 de março.

Cabo Verde registou os seus primeiros casos da Covid-19 a 19 de março e o Governo, após deteção de mais casos em 2 ilhas do arquipélago, declarou Estado

de Emergência no país a 26 de março, situação que se prolongou, nas ilhas mais afetadas, como Santiago, até 29 de maio.

Toda esta conjuntura impossibilitou a realização de algumas atividades previstas, com a situação de teletrabalho dos funcionários e suspensão de toda e qualquer ação que previsse reunião de pessoas. Assim, um encontro com a comunidade de Santana, Ribeira Grande de Santiago, inicialmente previsto para março de 2020, foi cancelado.

Não obstante a situação pandémica vigente, o Provedor tem recebido, por correio eletrónico, um número razoável de queixas de cidadãos, na sua maioria, ligadas a alegadas violações de direitos durante a vigência do Estado de Emergência.

2.2 Visita aos estabelecimentos prisionais

Em 25 e 26 de setembro de 2019 o Provedor de Justiça e uma equipa de 8 colaboradores realizaram uma visita sem aviso prévio à Cadeia Central da Praia, tendo como objetivos observar as condicionantes infraestruturais e humanas do Estabelecimento Prisional, em particular: i) as condições de reclusão dos presos, ii) apreciar o funcionamento e organização da Cadeia, em particular as condições de trabalho dos Agentes de segurança prisional e demais pessoal, iii) a observância dos procedimentos legais, regulamentares e outros que governam o quotidiano do sistema que é esse Estabelecimento Prisional e avaliar.

A visita enquadrou-se nos poderes conferidos ao Provedor de Justiça pelo artigo 23º da Lei nº 29/VI/2003 de 4 de agosto e foi em grande parte suscitada por queixas que lhe têm sido dirigidas por Agentes de segurança prisional e a sua Associação, bem como queixas de alguns reclusos.



Fig. 12 - Visita do Provedor de Justiça à Cadeia Central da Praia, setembro de 2019

À semelhança da visita realizada na Cadeia Central da Praia, o Provedor de Justiça e Presidente da Rede de Provedores de Justiça e Instituições de Direitos Humanos da CPLP realizou, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2019, uma visita à Cadeia Civil da Ribeirinha, ilha de São Vicente.

Essa visita teve também como objetivo o levantamento das condições de funcionamento do estabelecimento prisional, bem como as condições de reclusão e as condições de trabalho dos agentes prisionais.

Mediante aplicação de questionários aos reclusos, aos Agentes Prisionais e Direção, o Provedor de Justiça pretendia apreciar essas condições, bem como as respetivas condições e condicionantes infraestruturais e humanas que nela garantam a efetividade dos Direitos de todos aqueles cidadãos.



Fig.13 - Visita do Provedor de Justiça à Cadeia Central de Ribeirinha, dezembro de 2019

2.3 O Site do Provedor de Justiça

O site do Provedor de Justiça tem sido uma ferramenta importante para elevação do nível da cultura de legalidade dos cidadãos e das instituições, tendo constituído um dos meios privilegiados para a divulgação das informações importantes e das recomendações feitas pelo Provedor de Justiça às entidades visadas nas queixas, mas também um meio pelo qual os cidadãos têm feito chegar as suas comunicações ao Provedor de Justiça.

Desde a sua criação, tem passado por atualizações de modo a se tornar mais acessível e atrativo ao cidadão e, até 30 de junho de 2019, contou com 136. 104 visitas e 50.156 downloads de documentos nele disponibilizados.



www.provedordejustica.cv

IV PARTE – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO

1.1 Atividades como membro do Conselho da República

Por inerência do cargo, o Provedor de Justiça é membro do Conselho da República, órgão de consulta do Presidente da República. Neste âmbito, participou em reuniões convocadas por Sua Excelência o Presidente da República no dia 27 de março de 2020, para a discussão conducentes à decisão de se decretar o Estado de Emergência e, no dia 08 de maio, para a renovação do Estado de Emergência.

1.2 Relação com a Assembleia Nacional

Nas atividades do Provedor de Justiça destaca-se a sua relação com a Assembleia Nacional (*artigo 5.º do Estatuto do Provedor de Justiça*). Neste âmbito, realizou-se, no período coberto pelo presente relatório e devido aos constrangimentos resultantes da pandemia da Covid-19 prevalecente, apenas:

- Audição na Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social, no dia 16 de outubro de 2019, no âmbito do debate sobre o estado da justiça.

Nas relações do Provedor de Justiça com a Assembleia Nacional falta a inserção, no respetivo Regimento, dos procedimentos necessários, para tratamento parlamentar de alguns casos relevantes, entre eles:

- A tramitação e o tratamento das Recomendações Legislativas do Provedor de Justiça dirigidas à Assembleia Nacional;

- O procedimento a ter quando o Provedor de Justiça se dirige à Assembleia Nacional por a Administração não lhe prestar a colaboração legalmente devida ou não agir conforme as suas Recomendações;
- O tratamento interno e eventual discussão do Relatório anual do Provedor de Justiça, discussão que não deve ser ligada com o debate do estado da Justiça;
- A apreciação do Orçamento proposto pelo Provedor de Justiça pela Comissão Especializada que se ocupa da matéria orçamental, sem prejuízo da mesma apreciação por outras Comissões;
- A audição do Provedor de Justiça pelas Comissões sobre a matéria Orçamental.

1.3 Relações com o Governo

No âmbito das suas competências, Provedor de Justiça dirige pareceres, recomendações legislativas ao Governo e estão ilustradas no anexo a este relatório.

No quadro destas relações institucionais há a realçar:

- Na sequência de inúmeras queixas recebidas, quanto à incomodidade sonora provocada por estabelecimentos de restauração e de diversão noturna, foi feita uma recomendação (Nº10/2019) ao Sr. Primeiro Ministro a 9 de julho de 2019, sugerindo seja constituído um grupo de trabalho multidisciplinar, que proponha medidas e soluções, incluindo uma regulamentação clara sobre o assunto, com a devida fiscalização frequente;
- No quadro da lei nº 51/IX/2019, de 8 de Abril, que estabelece o regime de disponibilidade, venda e consumo de bebidas alcoólicas, foi feita uma recomendação (Nº 11/2019) ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional a 19 de Agosto de 2019, visando a proibição da colocação e venda de bebidas alcoólicas em recintos desportivos, comícios e eventos

frequentados por jovens e menores, assim como em clubes privados e festas académicas e que o previsto no n.º 1 da referida lei seja remetido para o art. 19.º do Código de Publicidade(B.O n.º 45 I série— 10 de dezembro de 2007);

- Na sequência de um pedido de intervenção subscrito por um cidadão, foi feita uma recomendação (N.º 1/2020) ao Senhor Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, a 3 de março de 2020, devido a recusa de fixação dos emolumentos previstos no Despacho n.º 25/2017, de 17 de março, publicado no BO n.º 15, IIª Série de 27 de março, devidos aos membros que integram a Comissão de Avaliação e Negociação de bens confiscados, nacionalizados ou colocados sob o domínio do Estado.

2. RELAÇÕES COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

2.1 Visita de jovens da Igreja Adventista

O Provedor de Justiça recebeu, em novembro de 2019, a visita da classe de Pesquisadores dos Desbravadores do Clube Órion (Plateau), da Igreja Adventista, em que o grupo formado por jovens dos 12 aos 18 anos, passou a conhecer o órgão público e os serviços que presta à comunidade.

2.2 Audiências aos cidadãos

Vários cidadãos, residentes ou não em Cabo Verde, solicitam audiências com o Provedor de Justiça. As audiências são marcadas para terças e quintas-feiras de cada semana, sem prejuízo de, pontualmente, acontecerem noutros dias, em razão de urgências devidamente justificadas por quem solicita. Excecionalmente, tem havido «audiências» por telefone, sendo a chamada feita a partir da Provedoria, com marcação prévia do dia e da hora. Este modo de contactar o Provedor de Justiça tende a ser privilegiado na atual situação de pandemia.

O Provedor de Justiça concedeu um total 66 audiências no ano de 2014; 74 em 2015; 63 em 2016, 69 em 2017, 67 em 2018, 49 em 2019, e 10 audiências concedidas até 30 junho de 2020, perfazendo um total de 398 audiências a cidadãos e a grupos de cidadãos entre 2014 e junho de 2020.

3. COOPERAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL

Neste ponto destaca-se a participação do Sr. Provedor de Justiça, no dia 15 de julho de 2019, na conferência "Promovendo a Transformação Digital para uma melhor Segurança Social, ao seu lado a vida toda" promovida pelo INPS, para assinalar o Dia Nacional da Segurança Social". Também nesta comemoração, a Sra. Provedora Adjunta participou num *workshop* a convite da Agência de Regulação Multisectorial da Economia (ARME).

Destaca-se também a participação da Sra. Provedora Adjunta numa mesa redonda sobre "O papel dos serviços da inspeção/fiscalização no combate a economia paralela, a fraude e a evasão fiscal" a convite da Direção Nacional de Recitas do Estado, no dia 26 de agosto de 2019.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 Rede de Provedores de Justiça e Presidentes das Comissões Nacionais de Direitos Humanos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Devido ao estrangulamento do Orçamento da Provedoria de Justiça decidida pelo Governo de Cabo Verde, desde dezembro de 2019, não foi possível a realização da Reunião Anual do GANHRI, proposto pela Sra. Provedora de Justiça de Portugal para 10 a 12 de Março de 2020, em Genebra.

4.2 Representantes da Organização Internacional do Trabalho

O Senhor Provedor de Justiça recebeu na Provedoria de Justiça, no dia 12 de julho de 2019, dois Representantes da OIT (Organização Internacional do

Trabalho) chefiados pelo Sr. Aly Cisse, para apresentação de um projeto regional sobre: “Estender o acesso à proteção social e a portabilidade dos benefícios para os migrantes e suas famílias nas Comunidades Económicas Regionais (CERs) selecionadas em África (financiado pela EU/ ICMPD)”. O projeto visa estender a proteção social aos trabalhadores migrantes (nos casos em que esta cobertura ainda não existe), incluindo os da economia informal e suas famílias, através do fortalecimento das capacidades das CERs (CEDEAO, EAC e SADC e apoio à UA) para providenciar e orientar a implementação de estruturas/enquadramento da proteção social e migração ao nível regional.



Fig. 14 - Encontro com representantes da Organização Internacional do Trabalho, julho de 2019

V PARTE - INICIATIVAS DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

Para além de visitas aos Estabelecimentos prisionais da Praia e de São Vicente, durante o período abrangido pelo presente relatório, foram produzidas as seguintes Recomendações:

- Recomendação nº 10-2019, de 09 de julho- Incomodidade sonora provocada por estabelecimentos de restauração
- Recomendação nº 11-2019, de 14 de agosto - Regime de disponibilidade venda e consumo de bebidas alcoólicas
- Recomendação nº 1-2020, de 03 de março - Fixação de Emolumentos para a Comissão de Avaliação e Negociação

1. Estudo sobre o Urbanismo

Desde 2014 que várias queixas vêm sendo dirigidas ao Provedor de Justiça, tendo como objeto questões relativas a operações urbanísticas e instrumentos de gestão territorial, visando as Câmaras Municipais (CM). Os queixosos aludem que este assunto merece um olhar atento e urgente da parte do Provedor de Justiça, pois, por um lado, a ele estão associados aspetos jurídicos importantes, designadamente o reconhecimento e a proteção da propriedade privada, podendo fazer com que os proprietários não consigam fruir do seu património segundo a sua aptidão e, por outro lado, as posições adotadas pelas CMs face aos instrumentos de gestão territorial podem comprometer a segurança jurídica e a credibilidade na gestão de terrenos e instrumentos de gestão territorial por parte das Câmaras Municipais.

Assim, ponderados os alegados prejuízos resultantes da atuação dos órgãos municipais quanto ao assunto, atendendo à complexidade jurídica da matéria e o seu impacto na vida dos queixosos e cidadãos no geral, o Provedor de Justiça solicitou aos seus colaboradores um estudo, que está publicado no site da Provedoria de Justiça, com o objetivo de aferir a situação atual e clarificação da regulamentação legal que rege essa área. E, por esta via, aferir a legalidade e

justeza da posição que vem sendo adotada pelas Câmaras Municipais, bem como eventuais omissões legais/regulamentares, as quais podem propiciar alguma discricionariedade na atuação daquelas entidades.

Assim, verificado os factos aduzidos nas queixas e o regime legal e regulamentar aplicável, foi identificado um conjunto de fragilidades, omissões legais e regulamentares, em virtude do qual foram feitas algumas recomendações, conforme se segue:

- Apesar da existência de vários instrumentos em vigor, há já alguns anos, não existe registo de elaboração de nenhum REOT – Relatório do Estado de Ordenamento do Território, nem a nível central, nem a nível local, estando, assim, as entidades públicas em incumprimento com relação a esta norma, desconhecendo, por isso, os fundamentos utilizados para alteração de alguns planos, entre os quais PDs;
- No nº 3 da Base XVI da LBOTPU, que determina que *“com o ato de aprovação final dos instrumentos de gestão territorial são publicadas as peças escritas e gráficas a regulamentar no RNOTPU”*, sendo que as peças escritas são os Regulamentos dos planos e as peças gráficas mais ilustrativas ou mais relevantes, como menciona a lei, referem-se geralmente ao Modelo de Ordenamento, Planta de Ordenamento, Planta Legal e as Plantas de Condicionantes, conforme cada tipo de IGT.
- Neste caso, conclui-se que alguns dos PDs não são plenamente eficazes, porque as Câmaras Municipais desrespeitam as exigências legais, quanto aos elementos dos planos que têm de ser publicados;
- Verificou-se que não existe um instrumento de gestão específico para a orla marítima;

- Existem várias entidades com competências para a gestão da orla marítima, o que poderá provocar algum conflito de competências ou descoordenação das suas atividades;
- A portaria de 1971, que define o território municipal, está tacitamente revogada pelo n.º 8 do artigo 91 da Constituição da República de Cabo Verde;
- O Decreto-Legislativo nº2/2007 de 19 de julho, que estabelece os princípios e normas de utilização de solos e a Lei nº44/VI/2004, de 12 de julho, que estabelece o regime de utilização do domínio público marítimo, contradizem-se, induzindo a interpretações dúbias e leituras diferenciadas, dentre outras, pelas razões acima apontadas;
- Nota-se que a inexistência de portaria, que regulamenta o modelo da planta de localização por parte do Governo, conforme determina a lei, faz com que o cidadão fique à mercê da discricionariedade das Câmaras Municipais, sendo que, a não emissão da planta de localização por parte das entidades competentes impede que cidadão realize as operações urbanísticas previstas na lei;
- Consta-se que a ausência de resposta/deliberação por parte dos Municípios, ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura, no prazo de 30 dias, estabelecida na lei, contraria o disposto no Regime Jurídico de Operações Urbanísticas;
- Verifica-se que a não emissão de Licença Administrativa por parte dos Municípios, com fundamento na inexistência de Plano Detalhado, configura uma clara violação da Lei;
- Constata-se a inexistência do regulamento de dispensa de licença ou autorização, as obras de edificação ou demolição que, pela sua natureza, dimensão ou localização, tenham escassa relevância urbanística;
- Relativamente ao caso de alegada venda de terreno, pertencente ao cidadão, por parte do Município, cabe ao cidadão invocar a nulidade da venda em causa, nos termos do Código Civil.

Com efeito, foi proposto que o Provedor faça as seguintes recomendações:

1. A Atualização e harmonização de toda a legislação que envolve a orla marítima e sua concessão, a fim de se dissuadir todas e eventuais dúvidas quanto à aplicação do regime que envolve essa matéria;
2. A definição de um plano específico para a gestão da orla marítima geral ou por ilhas;
3. A Regulamentação do regime indicado em 1, conforme, resulta do artigo 35º do Decreto-Legislativo nº2/2007 de 19 de julho;
4. Que sejam regulamentados os procedimentos para emissão de certidão matricial por parte das entidades competentes;
5. Que Governo regule o modelo da planta de localização;
6. Que seja regulamentado o regime de dispensa de licença ou autorização, as obras de edificação ou demolição que, pela sua natureza, dimensão ou localização, tenham escassa relevância urbanística.

VI PARTE – CONCLUSÃO

Nota-se que a execução das atividades programadas e reprogramadas refere-se aos possíveis no quadro da extrema limitação orçamental e efeitos da pandemia da Covid 19, que obrigou a alteração do modelo de funcionamento e esforço redobrado do pessoal, designadamente teletrabalho e acumulação de funções, sem qualquer atribuição financeira acrescida.

Em ordem a salvaguardar a independência efectiva do Provedor de Justiça:

- Deve a sua eleição continuar a ser feita nos moldes actuais pela Assembleia Nacional, sendo isso extremamente importante e ponto de partida para a sua independência;
- Uma nova orgânica do Provedor de Justiça deve prever que o Orçamento da Provedoria deva ser negociada directamente entre o Provedor de Justiça e o Tesouro;

- Em particular, deve ser norma regimental, a apreciação daquele Orçamento proposto pelo Provedor de Justiça por parte da Comissão Especializada que se ocupa da matéria orçamental, sem prejuízo da mesma apreciação do Orçamento por outras Comissões.
- Nas relações do Provedor de Justiça com a Assembleia Nacional, falta a inserção, no respetivo Regimento, dos procedimentos necessários, para tratamento parlamentar de alguns casos relevantes, como recomendações legislativas;

Diversos

- Estabiliza-se o ritmo de comunicações ao Provedor de Justiça, (de 12 para 22 por mês) desde o segundo semestre de 2017;
- Diversificam-se os meios de os cidadãos se dirigirem ao Provedor de Justiça, com aumento da utilização e-mail e vias Municípios/correios;
- O que se diz nestas duas alíneas anteriores implicaria um reforço dos meios ao dispor do Provedor de Justiça, o que é o oposto do estrangulamento orçamental de 2018, 2019 e 2020.

Eis, em resumo, o balanço das atividades desenvolvidas desde 1 de julho de 2019 até 30 de junho de 2020, mas redigido com algum olhar sobre a experiência desde 2014 até agora. São fruto do esforço e dedicação da equipa por mim liderada a quem deixo os meus agradecimentos pela parte francamente positiva do trabalho feito e que só ela é devida.

O Provedor de Justiça



/António do Espírito Santo Fonseca/

Praia, 30 de julho de 2020

VII PARTE – ANEXOS

Anexo 1. RECOMENDAÇÕES



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedorjustica.cv
www.provedorjustica.cv

**Sua Excelência
Senhor Primeiro Ministro**

Assunto: Incomodidade sonora provocada por estabelecimentos de restauração, diversão noturna, com fornecimento de bebidas alcoólicas.

RECOMENDAÇÃO N.º 10/2019, de 09 de julho de 2019

I – ENQUADRAMENTO

Tenho recebido queixas relacionadas com o ruído devido à exploração de estabelecimentos de diversão noturna, de restauração e bebidas, e funcionamento de esplanadas, que se prolongam, atualmente, até madrugada adentro, em regime diário, alegando os moradores vizinhos incomodidade para os mesmos e intranquilidade pública. Questionam os estabelecimentos em apreço, nomeadamente quanto ao seu funcionamento, licenciamento, localização, horário de funcionamento, bem como com a fiscalização.

Face às queixas, mandei auscultar várias entidades com responsabilidade na matéria e analisar as legislações existentes sobre o assunto e decorrentes procedimentos administrativos. Para este efeito, a Provedora Adjunta teve encontros de auscultação com a Câmara Municipal da Praia, a Inspeção Geral das Atividades Económicas, a Polícia Nacional, e a Ordem dos Engenheiros.

O posicionamento dessas entidades é unânime no sentido de que a problemática suscitada merece um olhar atento e urgente, até porque, a ela estão associados outros





Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

fenómenos, como o alcoolismo, a prostituição infantil, o consumo de drogas e correlativos riscos para a segurança pública.

II – LEGISLAÇÃO

Fez-se uma análise da legislação, cujos aspectos mais relevantes sumário a seguir, embora omita as importantes exigências relacionadas com os projectos de construção dos edifícios destinados a estabelecimentos de diversão noturna (pubs, boîtes, discotecas, dancings, night clubs, entre outros estabelecimentos análogos que disponham de salas ou espaços destinados a dança).

A autorização definitiva para o funcionamento é concedida após a verificação, por uma comissão de vistoria, do cumprimento de todas as exigências legais e outras impostas por uma comissão prevista no Decreto Lei n.º 30/2009, de 17 de agosto.

O horário definitivo é estabelecido na lei e a sua prorrogação para cada tipologia de estabelecimento, poderá ser concedida pelas autoridades municipais, em casos excepcionais e pontuais. A legislação cabo-verdiana apenas refere esta possibilidade, mas não caracteriza os casos em que pode existir esta exceção, ao contrário de outras legislações, nomeadamente a portuguesa.

Por outro lado não existe legislação que estabeleça as condições técnicas e de segurança dos recintos de diversão ou de critérios necessários para a concessão da licença, levando a crer que estes variam conforme o entender da comissão que executa a vistoria, não fornecendo ao requerente da licença as informações necessárias para que possa proceder à construção e organização, ou mesmo para a introdução de alterações, do seu espaço da forma correta e legal, ficando à mercê do juízo dos fiscalizadores.

 2



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

A Lei n.º 34/VIII/2013, de 24 de julho, que estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda do repouso, da saúde, da tranquilidade e do bem estar das populações, complementa a Lei n.º 86/IV/93, de 26 de Junho que define as bases da política do ambiente, a qual determina no seu artigo 22.º a necessidade de salvaguardar a saúde e o bem-estar das populações, da redução do nível sonoro na origem, da introdução da obrigatoriedade de adotar medidas preventivas para eliminação da propagação do ruído exterior e interior e, da localização adequada no território das atividades causadoras do ruído; porém, não são especificados os meios e procedimentos para fazer com que se cumpra o previsto no artigo 22.º acima citado, daí a extrema urgência e necessidade da fixação de procedimentos e determinação dos meios adequados a dar cumprimento ao referido artigo.

Verifica-se também que não estão claramente regulamentadas as condições técnicas e de segurança a serem observadas nos recintos de espetáculos de divertimentos públicos, incluindo pelos produtores desse tipo de eventos, com vista garantir a segurança do público e o bem-estar da vizinhança do local. Refiram-se as condições para os espaços que disponham de música ao vivo, amplificada ou acústica, ou de aparelho emissor de som ou mesa de mistura; ou a necessidade da insonorização do espaço, a colocação de limitador de som com registo e avaliação acústica comprovativa do cumprimento da legislação sobre o ruído.

Estas omissões e os vazios procedimentais põem em causa a tranquilidade, o bem-estar e a saúde das populações, para além de prejuízos ambientais.

 3



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

Pelas motivações acima expostas no exercício dos poderes que me são conferidos pelo disposto na alínea c) n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto do Provedor de Justiça, permito-me fazer a seguinte

II- RECOMENDAÇÃO

Que seja constituído um grupo de trabalho multidisciplinar (de acordo com os sectores envolvidos) que proponham medidas e soluções, sobretudo, legais, incluindo uma regulamentação clara e específica sobre a abertura, o licenciamento, o funcionamento e a fiscalização dos estabelecimentos de diversão noturna; a especial preocupação será a implementação de medidas para o combate da poluição sonora, sendo crucial a devida fiscalização de forma frequente, pelas entidades competentes, aos espaços em causa, com vista a garantir o cumprimento das normas legais que devem regular este sector e melhor sirvam os cidadãos e operadores económicos.

Permito-me chamar a atenção para a circunstância de a formulação das Recomendações, não dispensar, nos termos do disposto no artigo 47.º da Lei n.º 29/VI/2003, de 4 de agosto, a comunicação a este Órgão Constitucional, no prazo de 60 dias, a posição que V. Ex.ª vier a adotar sobre esta recomendação.

Certo de que V. Ex.ª acolherá favoravelmente esta minha recomendação, aproveito a ocasião para apresentar os meus cumprimentos.

O Provedor de Justiça

António do Espírito Santo Fonseca
/ António do Espírito Santo Fonseca /



4



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

ASSUNTO: Lei n.º 51/IX/2019, de 08 de abril, que estabelece o regime de disponibilidade, venda e consumo de bebidas alcoólicas.

RECOMENDAÇÃO N.º 11 /2019, 14 de agosto de 2019

Recebi uma queixa em que fui instado a suscitar a fiscalização da constitucionalidade de algumas normas previstas nos artigos 12.º e 19.º do acima citado diploma legal. Feita a apreciação das razões de inconstitucionalidade invocadas na queixa, conclui que as mesmas não procedem, razão pela qual não determinei a abertura de qualquer processo e subsequente pedido de fiscalização da constitucionalidade.

Entendo, no entanto, que as normas postas em questão na queixa, a saber, o n.º 6 do artigo 12.º e o artigo 19.º, carecem de mais clareza e melhor redacção.

O n.º 1 do artigo 12.º determina que os destinatários da restrição de consumo de bebidas alcoólicas, em «locais públicos ou abertos ao público», são os menores de 18 anos e quem se apresente notoriamente embriagado ou aparente ser portador de anomalia psíquica; enquanto que o n.º 6, do mesmo artigo, determina que todos os indivíduos (incluindo os maiores de dezoito anos) estariam abrangidos pelo âmbito da proibição, independentemente de estar em espaços de lazer público ou privado.

Salvo melhor opinião, há excesso, quando a proibição do consumo por adultos é estendida a clubes (que podem ser privados) bem como a festas académicas frequentadas por maiores de dezoito anos. Neste ponto a Fiscalização pelas autoridades competentes deve ser a tónica principal.



1



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

O previsto no n.º do artigo 19.º da forma como foi redigido, pode dar azo a interpretações subjetivas, porque nele se insere um conceito vago e indeterminado - "instigar ao consumo de bebidas alcoólicas". Coloca-se a questão de saber quais são, objetivamente, as publicidades que instigam ao consumo de bebidas alcoólicas. O Código de Publicidade no seu artigo 19.º regula a publicidade de bebidas alcoólicas, especifica de forma objetiva quando é consentida a publicidade a bebidas alcoólicas, pelo que, sugiro que seja feita remissão para este artigo do Código de Publicidade.

Dado que a matéria em causa é de extrema sensibilidade, por um lado considerando os vários impactos nocivos sobre a saúde pública que se pretende prevenir com a Lei em causa e, não menos importante, é assunto que choca por outro lado com costumes arraigados no País, parece prudente proceder-se a tais melhorias, por forma a que, mal entre em vigor, a Lei goze junto dos cidadãos comuns do mais amplo apoio e vontade de a ver aplicada, o que aconselha remover motivos reais e ou aparentes que suscitem objeções ao seu conteúdo.

RECOMENDAÇÃO

Por isso me permito fazer a seguinte recomendação, tendo como orientação que, independentemente da sua natureza permanente ou temporária, accidental ou improvisada de quaisquer eventos, no n.º 6 do artigo 12.º seja proibido:

- a) Vender e colocar à disposição bebidas alcoólicas em recintos desportivos, comícios e eventos frequentados por jovens e menores;
- b) vender e colocar à disposição de menores, bebidas alcoólicas em clubes privados e festas académicas;



2



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

- c) que o previsto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei seja remetido para o artigo 19.º do Código de Publicidade.

Certo da atenção que Vossa Excelência dispensará ao assunto, aproveito a ocasião para apresentar a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos e os meus protestos da mais alta consideração.

O Provedor de Justiça

António do Espírito Santo Fonseca
/António do Espírito Santo Fonseca/


Praia, 14 de agosto de 2019



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

**Sua Excelência
Senhor Vice-Primeiro Ministro e
Ministro das Finanças**

Dr. Olavo Avelino Garcia Correia

Assunto: Fixação de emolumentos previstos no Despacho n.º 25/2017, de 17 de março, publicado no BO n.º 15, IIª série de 27 de março, devidos aos membros que integram a Comissão de Avaliação e Negociação de bens confiscados, nacionalizados ou colocados sob o domínio do Estado,

RECOMENDAÇÃO N.º 1 /2020, 03 de março de 2020

I - ENQUADRAMENTO

As circunstâncias que levam a que me dirija a Vossa Excelência resultam de um pedido de intervenção a mim dirigido por um cidadão que diz sentir-se prejudicado pela recusa de fixação dos emolumentos acima referenciados. Em virtude desse pedido, dirigi a Vossa Excelência vários ofícios, os quais não foram atendidos. Porque o vosso silêncio inviabiliza o prosseguimento da queixa a mim dirigida e atendendo que, segundo as informações que me foram prestadas, a comissão executou a atividade para a qual foi constituída e não recebeu qualquer contrapartida, decidi emitir a presente recomendação.



1



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

A presente recomendação está relacionada com a não fixação, por parte de V. Ex.^a, de emolumentos devidos aos membros que integram a Comissão de Avaliação e Negociação de bens confiscados, nacionalizados ou colocados sob o domínio do Estado, conforme o Despacho n.º 25/2017, de 27 de março, emitido com base na Resolução n.º 4/2008, de 11 de fevereiro.

Parece-me que a concretização daquele despacho corresponde a satisfação de legítimos interesses dos membros da comissão, mandada criar pela V. Ex.^a, através do Despacho n.º 25/2017.

II- RECOMENDAÇÃO

No tocante a esta matéria, o artigo 7º da Resolução n.º 4/2008, de 11 de fevereiro e o ponto 4 do artigo único do Despacho n.º 25/2017 estabelecem que aos membros da comissão são devidos emolumentos a atribuir por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças. Parece-me que, esses emolumentos correspondem a contrapartida pelas atividades desenvolvidas pela comissão, mormente, pelo acréscimo e acumulação de funções públicas. Consequentemente, a recusa de sua fixação pode perigar os legítimos interesses dos membros da comissão. Aliás, a Administração não pode, razoavelmente, ignorar princípios fundamentais de direito aos quais se encontra submetida, por imperativo constitucional, designadamente os princípios da boa fé, previsto no artigo 240º CRCV. O princípio da boa fé, pressupõe confiança e previsibilidade das ações administrativas, visando impedir a Administração de comportamentos contraditórios.



2



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

Os emolumentos a que venho fazendo referência foram legalmente previstos, ciente de que corresponderia à contrapartida das tarefas desempenhadas pelos membros da comissão.

Significa, pois, que tendo, a Administração, de forma intencional e consciente, prometido abonar emolumentos aos membros da comissão, conforme resulta dos já citados textos normativos, não pode, sob pena de exceder manifestamente os limites da boa fé, não concretizar esse desiderato. Não se pode olvidar que, em vista à promessa de atribuição desses emolumentos, houve um investimento nos membros da comissão, - geração de expectativas legítimas, - mas depois de algum tempo, essa expectativa é alterada por comportamento da Administração contrário à inicial, quebrando a boa-fé objetiva ou, se se quiser, a confiança.

Sou de entendimento que, a previsão legal para a atribuição desses emolumentos pode consubstanciar-se em um ato constitutivo de direito e que vincula a Administração, por força do n.º 1, artigo 2º da CRCV, segundo o qual “A República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático..., assente no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais”.

Assim, resulta conveniente, na esteira do preceituado pelo artigo 7º da Resolução n.º 4/2008, de 11 de fevereiro e o ponto 4 do artigo único do Despacho n.º 25/2017, proceder à fixação do emolumento devido aos membros da comissão.



3



Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 80
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

Pelas motivações acima expostas e com o propósito de contribuir para a melhoria de ação administrativa, no exercício dos poderes que me são conferidos pelo disposto na alínea c) n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto do Provedor de Justiça,

RECOMENDO

A fixação do valor dos emolumentos previstos no artigo 7º da Resolução n.º 4/2008, de 11 de fevereiro e ponto 4 do artigo único do Despacho n.º 25/2017, porque tal corresponde a imperativos e exigências de respeito pela boa fé e legalidade.

Solicito ainda que me seja comunicado, no prazo de (60) sessenta dias, a posição que Vossa Excelência vier a adotar sobre esta Recomendação, conforme o disposto no artigo 47º da Lei n.º 29/2003, de 4 de agosto.

Certo de que V. Ex.ª acolherá favoravelmente esta minha recomendação, aproveito a ocasião para apresentar os meus cumprimentos,

O Provedor de Justiça

/António do Espírito Santo Fonseca/



Praia, 03 de março de 2020